

MANUAL DA ARQUITETURA KAMAYURÁ

Arquitetos tradicionais em busca da sistematização de seus saberes

Anna Dietsch

Plataforma habita-cidade/ Escola da Cidade

Luis Octavio P. L. de Faria e Silva

Plataforma habita-cidade/ Escola da Cidade;

PPG Universidade São Judas Tadeu

Resumo

A arquitetura entre os povos originários no Brasil tem sido objeto de investigação há algum tempo sob pontos de vista antropológico, sociológico e histórico, mas foi pouco explorada pelas disciplinas ligadas aos seus aspectos construtivos. Assim, foi com surpresa e alegria que recebemos o convite do povo Kamayurá para ajudá-los a elaborar um Manual de Arquitetura Kamayurá. Partindo de uma demanda interna, o Manual resultou não só numa publicação de cunho técnico, mas também em publicação que traz à tona seu processo de discussão e reflexão, incluindo a perspectiva de autoafirmação coletiva de um conhecimento milenar e importante para a estruturação da vida Kamayurá e também a nossa.

As casas Kamayurá são patrimônio fundamental e através delas podemos admirar os saberes da sofisticada Cultura que as vem construindo, sedimentada por séculos de interação com seu habitat, lugares sagrados e reverenciados. O Manual da Arquitetura Kamayurá é uma iniciativa para ajudar a perpetuar a arte de construir essas casas e, através delas, contribuir com o cuidado para com o planeta, a partir da delicada e profunda possibilidade de existência nelas decantadas. É nesse sentido que se decidiu apresentar algo desse processo neste artigo, garantindo assim a confirmação da condição de arquitetos àqueles construtores tradicionais que têm uma formação que podemos relacionar com àquela, entre nós, quando ainda não existiam Escolas de Arquitetura como temos hoje praticado.

Em O pensamento selvagem (1962) Lévi-Strauss defende que saber tradicional e conhecimento científico repousam ambos sobre as mesmas operações lógicas e, mais, respondem ao mesmo appetite de saber. (CUNHA, 2017, p. 295-6)

A arquitetura entre os povos originários no Brasil tem sido objeto de investigação há algum tempo sob pontos de vista antropológico, sociológico e histórico, mas foi pouco explorada pelas disciplinas ligadas aos seus aspectos construtivos. O ensaio de Cristina Sá e o compêndio do arquiteto Johan Van Lengen² são bem-vindas exceções. Assim, foi com surpresa e alegria que recebemos o convite do povo Kamayurá para ajudá-los a elaborar o *Manual da Arquitetura Kamayurá*, cujo processo é aqui relatado. O que em nosso campo profissional seria uma “tarefa corriqueira”, tornou-se um processo de autoconhecimento mútuo e transformador para todos aqueles que dele participaram.

Este artigo tem como objetivo narrar e refletir sobre essa experiência, tendo como base o entendimento de que a tecnologia construtiva analisada, por si só de extremo interesse para o campo da arquitetura brasileira, deve ser entendida dentro de um contexto cultural específico, onde a integração entre a natureza, a ação transformadora humana, e todo um modo de vida, é importante referência para o conhecimento de ponta nas áreas da arquitetura e urbanismo, que buscam alternativas regenerativas para a preservação do planeta, como a cidade biofílica, arquitetura biomimética, urbanismo ecológico e a bioarquitetura.

No que diz respeito ao método adotado, foi empreendida uma leitura sensível e descritiva, associada a uma articulação com algumas referências, do processo que resultou no *Manual da Arquitetura Kamayurá*.

Povos originários e o Brasil

A elaboração do Manual da Arquitetura Kamayurá foi uma oportunidade de encontro entre a etnia e conhecimentos Kamayurá, com a



Figura 1. Imagem: Oficina em Ipawu. Foto: Takumã Kamayurá

formação e ofício dos arquitetos moldados na dinâmica das cidades de matriz ocidental, comprometidas ou embebidas no que Marshall Berman se refere como sendo a experiência da Modernidade (BERMAN, 1987). Esse encontro reverbera todo o histórico de relação entre o Brasil e os povos originários, 500 anos de contínua transformação, em que povos originários da terra têm sido deslocados e vítimas de genocídio, assim como frequentemente impedidos de manter seu modo de viver.

Com sua história negada dentro da “nossa” história, ou contada por vezes “estrangeiras”, somente com a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 231, é que os povos originários terão a declaração do direito às suas terras. O parágrafo primeiro do artigo citado explicita que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

Fruto de esforços por parte de lideranças indígenas e não indígenas nas décadas anteriores, a Constituição abre a oportunidade para a mobilização e organização dos povos originários, que irão, em muitos casos, resultar na demarcação das terras indígenas. Desde então, entendendo a importância de se apropriarem das ferramentas da sociedade envolvente como maneira efetiva de se colocarem como sujeito no

diálogo com ela, os povos originários têm sido porta-vozes de seus próprios direitos, tanto pela pressão comunitária via ONGs, ou junto ao governo, assim como pela participação direta na política brasileira. O apoio por parte da sociedade à causa indígena tem também feito eco ao esforço da Academia de compreender esse “outro”.

Numa surpreendente mudança de rumo ideológico, as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao “desenvolvimento”, ou na melhor das hipóteses como candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente da modernidade. Essa mudança ocorreu basicamente pela associação entre essas populações e os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental. (CUNHA, ALMEIDA, 2017, p.267)

Assim sendo, populações tradicionais, dentre as quais os chamados povos originários

“são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados.” (CUNHA, ALMEIDA, 2017, p. 291-2)

Em paralelo a esse movimento, os povos indígenas têm também buscado retratar e documentar sua própria Cultura, num esforço de auto reconhecimento e valorização que nega a condição do estranhamento de um discurso estrangeiro, por excelência o discurso do “outro”. Os Kamayurá estão desenvolvendo um projeto de arquivamento local com registros de suas práticas culturais, o “Arquivo Kamayurá”, recolhendo material produzido anteriormente por estudiosos de diferentes áreas de pesquisa.

É dentro desse esforço que se insere o Manual aqui referido. Os Kamayurá aproximaram-se da Escola da Cidade com o pedido de que os ajudassem a fazer um o registro de sua arquitetura, e ao fazê-lo, ensiná-los como fazê-lo. A excepcionalidade do projeto, assim, está na condição de um Manual de Arquitetura produzido a partir da demanda dos próprios Kamayurá, fazendo com que a empreitada fosse preparada de maneira flexível, com o entendimento de que a decisão sobre a forma do Manual e a expressão do seu conteúdo aconteceria junto aos construtores Kamayurá.

O contexto dos Kamayurá no Xingu

A Amazônia, hoje, está em uma condição de risco imenso. Região de dimensão extraordinária e compartilhada por vários países, no Brasil está a maior parte de suas terras. Incêndios recentes têm alertado para a sua fragilidade ambiental e perigosas consequências climáticas.

Ao se observar que coincidem em grande medida as terras indígenas com a floresta que se mantém preservada, tanto no Brasil como nos outros países com território na região amazônica, fica reforçada a ideia dos povos originários como seus grandes guardiões. No entanto, as terras indígenas, assim como as reservas extrativistas e parques nacionais, têm sido atualmente pressionados por uma agroindústria que produz commodities em fazendas de grandes dimensões, com equipamentos caros mas que tem como modo de operação o desmate radical das áreas onde vão ser plantados grãos como soja e outros, grande parte para o mercado internacional, resultando em fator de desequilíbrio para os ecossistemas locais.

No caso da Bacia do rio Xingu, onde estão as terras Kamayurá, é dramático o limite entre as extensas plantações de grãos e a mata preservada da Terra Indígena. Esse limite é conhecido como o “abraço da morte”, provocando desequilíbrios ambientais na medida em que a fauna fica confinada, nascentes perdem capacidade e mudam os regimes de cheias dos rios, e a região, antes protegida pela umidade da vegetação nativa, resseca e se expõe facilmente a fogos naturais e provocados.

Na região do Xingu se encontra uma grande diversidade de flora e fauna, sendo uma região de transição entre o cerrado e a floresta



Figura 2. Dança feminina durante a preparação para o Kwaryp em Ipawu. Foto: Anna Dietzsch

amazônica e, como toda região transitória, de imensa importância ecológica. Tem também grande riqueza cultural e linguística, com dezesseis etnias no Território Indígena do Xingu, onde muitas línguas e práticas culturais com raízes diferente estão próximas territorialmente.

É nesse contexto que vivem os Kamayurá, que sofrem pressão há séculos no relacionamento com o Brasil, que resistem com o seu modo de viver e ao mesmo tempo apropriam-se de técnicas, ferramentas e procedimentos da sociedade envolvente, transformando-os em instrumentos para facilitar suas vidas e atualizar sua forma de ser e sua Cultura.

O Manual da Arquitetura Kamayurá

O grupo que se formou a partir da demanda inicial dos Kamayurá, professores e alunos da Escola da Cidade (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo) iniciou uma reflexão sobre o que seria um Manual de Arquitetura para os povos indígenas de forma geral e para os Kamayurá em especial. Antes da viagem realizamos oficinas para a capacitação do grupo no sentido de dar apoio à captação de imagens e de som para que depoimentos dos construtores Kamayurá pudessem ser registrados, e para oficinas de projeto gráfico, encadernação manual, produção de volumes finais in loco, com um produto físico deixado na Aldeia. Aulas versaram sobre a “etiqueta” Kamayurá, seus costumes e práticas, para que pudessemos nos apresentar como bons hóspedes.

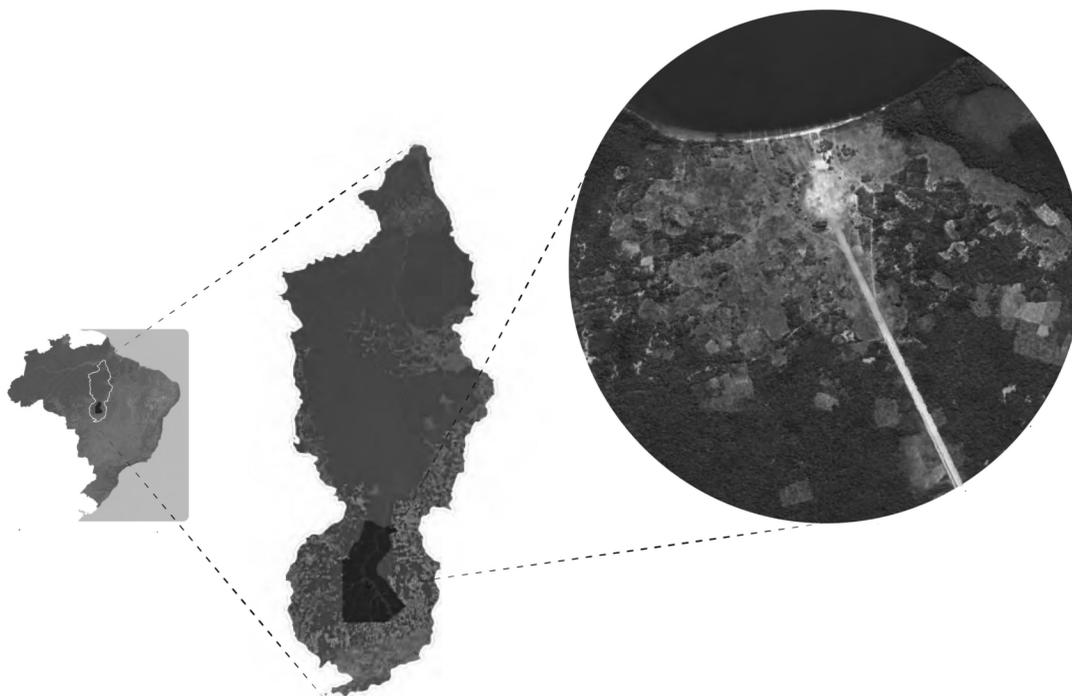


Figura 3. Localização da Aldeia Kamayurá Ipawu no Território Indígena do Xingu, Mato Grosso.



Figura 4. Tocadores da Flauta Sagrada apresentam as moças saídas da reclusão, indo de casa em casa, na aldeia de Ipawu. Foto: Anna Dietzsch

O grupo que se preparou para ajudar a produzir o Manual da Arquitetura Kamayurá teve uma surpresa ao chegar na Aldeia Ipawu, onde ficou por 3 semanas, já que a expectativa inicial era interagir com alguns construtores locais, mas descobriu que todo o chefe de família Kamayurá é construtor de sua casa. Na medida em que todos os chefes de família são construtores e, portanto, arquitetos, no sentido de que coordenam a operação da construção a partir de conceituação prévia, o Manual da Arquitetura Kamayurá resultaria de uma reunião de todos eles.

Esses construtores, cuja formação se deu através do convívio com familiares, frequentemente tios, tinham cada qual lembranças da forma de se construir, mas na medida em que o processo de construção do Manual avançava, percebia-se que o recenseamento dos conhecimentos relativos à construção da casa que se estava empreendendo servia para que todos pudessem lembrar do conjunto dos saberes, que estavam distribuídos, com alguns que lembravam de coisas melhor do que outros.

O Kamayurá tem muito orgulho de se dizer construtor da própria casa, afirmar que a construção foi feita por ele e que poucos o ajudaram, apenas aprendizes da família. Existe, assim, uma certa dispersão dos conhecimentos entre os construtores. Compreende-se, então, que a ideia do Manual era no sentido de que todos lembrassem de tudo sobre a construção, que não é, entre os Kamayurá, tradicionalmente precedida de desenhos, mas a partir de uma casa arquetípica aprendida com os mais velhos. Algo dessa casa arquetípica, a *Oka Eté*, foi desvelada no Manual da Arquitetura Kamayurá.

A casa arquetípica Kamayurá tem o chefe da família como referência para dimensões e proporções. Sua altura é referência para o tamanho dos troncos definidores do perímetro da casa, assim como a altura dos mastros centrais resulta de um ângulo de sua visão. Distâncias e proporções de elementos componentes da construção são baseadas em suas dimensões, como altura do joelho, altura do peito ou distância do centro do peito à ponta dos dedos, dimensão do braço ou tamanho do pé, em um sistema de medidas e relações antropométricas.

Existe um faseamento da construção da casa Kamayurá, cujo início se dá com a instalação de mastros centrais e de outros que correspondem ao limite daquela que vai ser a nave central da casa, uma abóbada que se iniciará no chão. Troncos da altura do construtor são instalados no perímetro limite da futura casa. Quando esse perímetro está concluído e travess horizontais no cume dos mastros centrais são instalados, termina a primeira fase da obra. Na sequência, começa a ser colocada a trama de madeiras que vai receber a palha de cobertura.

Essa trama resulta em uma “cestaria monumental”, em que duas “cestas” se entrelaçam, tendo entre elas um jirau, tradicionalmente utilizado como depósito para armazenamento de alimentos que serão preservados pela fumaça dos fogos acesos no interior da casa, mas também usado como posição estratégica para arqueiros, no caso de um ataque de inimigos.

As duas “cestas” entrelaçadas configuram uma abóbada ladeada por duas meias cúpulas, cobertas por palhas dobradas, não amarradas, e apoiadas em anéis de madeira concêntricos. As madeiras são conectadas entre si através de amarrações com nomes de animais que, assim, refletem conhecimentos que advêm da observação da floresta e dos seres que a habitam. Na estrutura existem elementos diagonais que impedem as “cestas” de se movimentarem, já que travam a eventual torção do conjunto.

Existe um escape de fumaça no cume da construção, fenda que permite a entrada de alguma luz no interior da casa, que está sempre na penumbra, com iluminação principalmente pelas duas portas, uma para o Centro da Aldeia e outra para o quintal. A casa representa a divisão entre o Centro da Aldeia e o quintal, que se contrapõem como os lugares da vida social e doméstica. Relativamente separados no dia-a-dia da aldeia, são integrados pelas práticas dos rituais coletivos, como quando durante o Kwaryp tocadores de Uruai (flauta sagrada) perfazem o circuito da aldeia entrando em todas as casas para apresentar as moças saindo da reclusão, num movimento que parece “costurar”, várias vezes ao dia, o tecido comum da aldeia e suas famílias.

Nesses dias, a casa, comumente voltada ao quintal e funções cotidianas, se confirma como parte do tempo da Aldeia, o tempo vagaroso, aprisionado pela monumentalidade e pelo vazio do Centro.

A casa Kamayurá está nas bordas da área circular do Centro da Aldeia e representa seu limite com o anel concêntrico contíguo a ele, onde estão os quintais e construções satélites. Seus elementos estruturais são combinados com economia e elegância, por componentes esbeltos que se fundem num sistema coeso. Toda construída com materiais retirados da floresta, seu sofisticado sistema construtivo não é apreendido num primeiro olhar. (SILVA, DIETZSCH, 2019)

Entendeu-se, ao longo do processo de sua execução, que o Manual não só é um recenseamento dos saberes para os construtores, como também um facilitador para que o jovem Kamayurá possa no futuro construir a sua casa. Com as mudanças impostas pela sociedade envolvente, sejam de cunho ambiental ou

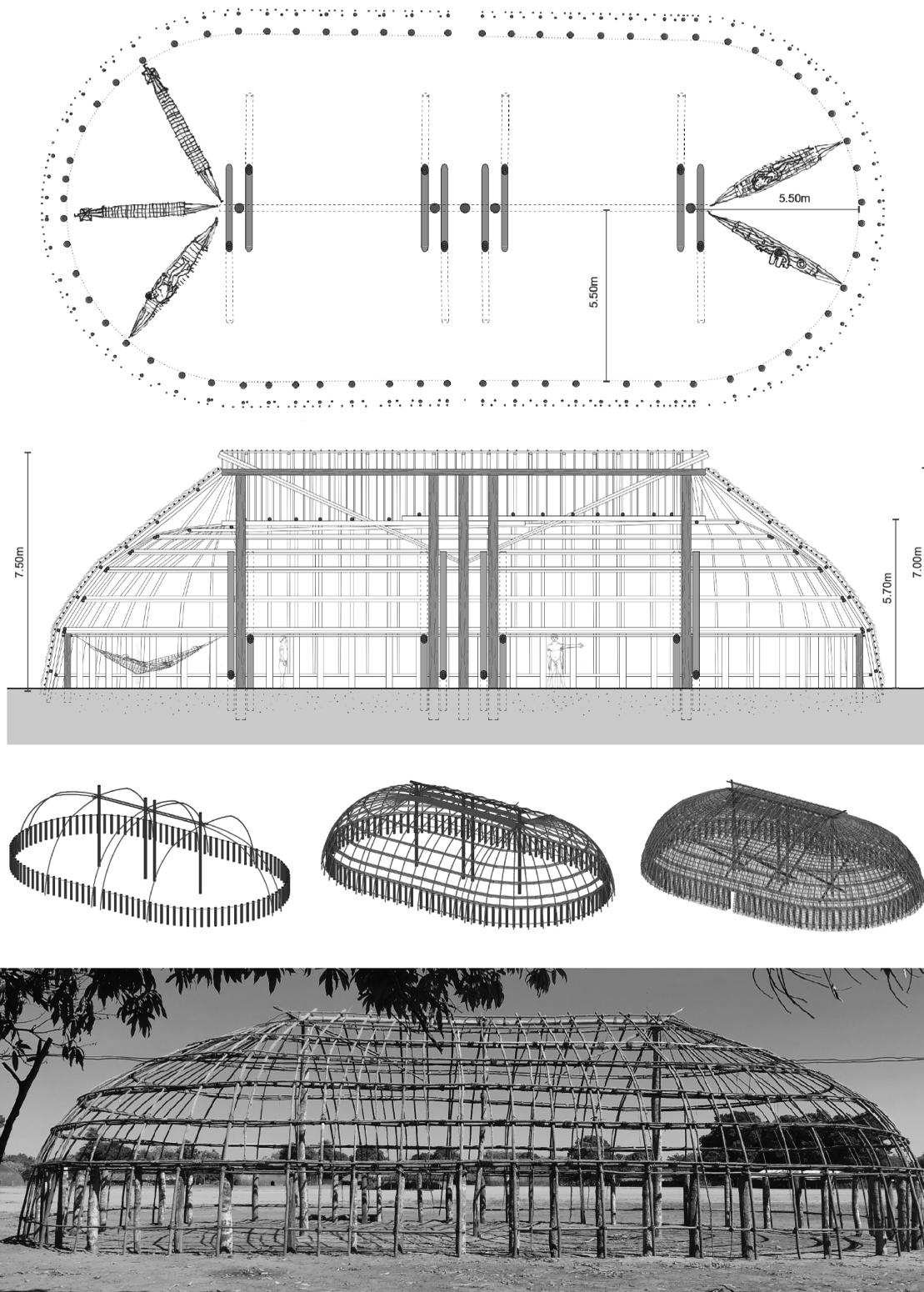


Figura 5. Casa Kamayurá: planta baixa, corte longitudinal, etapas construtivas e casa em construção na aldeia de Ipawu.
Fonte: Manual da Arquitetura Kamayurá

cultural, como o forçado sedentarismo, muitos desafios se colocam para a Cultura da construção Kamayurá: materiais têm sido encontrado cada vez mais longe, ainda que alguns mestres façam o manejo do entorno, os jovens se distanciam dos costumes tradicionais para se aproximarem da “cultura branca” e aos poucos os métodos construtivos são substituídos por práticas de execução mais rápida, ou “fácil”.

O Manual sobre o qual aqui se reflete tem a excepcionalidade de ter sido feito a partir de uma demanda interna dos mestres construtores Kamayurá e, com isso, resulta não só numa publicação de cunho técnico, mas também em publicação que traz à tona seu processo de discussão e reflexão, incluindo a perspectiva de autoafirmação coletiva de um conhecimento milenar e importante para a estruturação da vida Kamayurá. É nesse sentido que se decidiu apresentar algo desse processo neste artigo, garantindo assim a confirmação da condição de arquitetos àqueles construtores tradicionais que têm uma formação que podemos relacionar com aquela, entre nós, quando ainda não existiam Escolas de Arquitetura como temos hoje praticado.

Referências

BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, Capítulo VIII
 Dos Índios artigo 231 disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10643688/artigo-231-da-constituicao-federal-de-1988>> acesso em Setembro de 2019
 CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico in CUNHA, M. C. Cultura com aspas e outros ensaios São Paulo: Ubu Editora, 2017 p. 295-6
 CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental in CUNHA, M. C. Cultura com aspas e outros ensaios São Paulo: Ubu Editora, 2017 (originalmente publicado em CAPOBIANCO, J. P. Biodiversidade na Amazônia São Paulo: Estação Liberdade/ISA, 2001)
 MPF (Ministério Público Federal. Protocolo de Consulta Prévia dos Povos Indígenas disponível em <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta-dos-povos-indigenas>> acesso em Setembro de 2019
 SILVA, L.O.F; DIETZSCH, A. J. A casa Kamayurá vista por olhos outros in Manual de Arquitetura Kamayurá disponível em <http://habitacidade.escoladacidade.org/manual-de-arquitetura-kamayura/> acesso em Agosto 2019 e <https://www.archdaily.com.br/br/923178/manual-de-arquitetura-kamayura> acesso em Agosto de 2019

Notas

1. Sá, Cristina, “Observações Sobre a Habitação em Três Grupos Indígenas Brasileiros”, em Novaes, Silvia, Habitações Indígenas, São Paulo: Nobel, 1983)
2. Van Lengen, Johan, Arquitetura dos Índios da Amazônia, São Paulo: B4 editores, 2013